



# A (in)capacidade explicativa do conceito do mal em Kant

*The explanatory (in)ability of the evil concept in Kant*

**Maria de Lourdes Borges\***

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

---

## **Resumo**

Neste artigo, pretendo analisar o conceito de mal em Kant e sua utilização por comentaristas contemporâneos. Apresentarei as críticas e as defesas apresentadas por filósofos contemporâneos sobre a capacidade do conceito de mal de explicar atrocidades contemporâneas, tais como genocídio e terrorismo. Veremos que há duas interpretações: os que consideram que o conceito de mal radical possui capacidade explicativa e os que consideram que tal conceito é impotente para tal.

**Palavras-chave:** Mal. Kant. Atrocidade.

## **Abstract**

*In this paper, I analyze the concept of evil in Kant and its use by contemporary commentators. I present the criticisms about the capacity of this concept to correctly explain atrocities,*

---

\* MLB: Doutora em Filosofia, e-mail: mariaborges@yahoo.com

---

*such as genocide and terrorism. We notice that there are two different kinds of assessment: those who think the Kantian concept of evil is enough to explain atrocities and those who think we need a powerful concept to explain it.*

**Keywords:** *Evil. Kant. Atrocity.*

---

## Introdução

Vários filósofos utilizaram, a partir da segunda metade do século XX, o conceito de mal em Kant para analisar o mal na contemporaneidade, principalmente em relação a fenômenos como totalitarismo, genocídio e terrorismo. Um dos exemplos mais conhecidos é o da filósofa Hanna Arendt, que examina o totalitarismo sob o prisma do mal nos livros *Eichmann em Jerusalém*. Mais recentemente, outros autores juntam-se a Arendt na utilização do conceito de mal em Kant para a análise de fenômenos do século XX e XXI. Filósofos e comentaristas têm-se debruçado sobre o uso desse conceito e sobre sua capacidade explicativa. Seria esse conceito capaz de dar conta das atrocidades cometidas pela humanidade?

## Uma propensão para o mal

O conceito de mal parece não ser um conceito muito utilizado por Kant em sua obra. Um leitor da *Fundamentação* e da *Crítica da Razão Prática* não o encontraria facilmente nesses textos. O mal como categoria aparece centralmente na *Religião nos Limites da simples razão*, onde Kant nos fala de uma propensão para o mal na natureza humana, ao lado de uma disposição para o bem. A propensão para o mal no ser humano deve ser compreendida como uma tendência a aceitar máximas que se afastam da lei moral. Kant divide essa propensão em três graus: a fraqueza (*fragilitas*), a impureza (*impuritas, improbitas*) e a malignidade (*vitiositas, pravitas*) ou perversidade (*perversitas*). A fraqueza

da vontade é o primeiro momento do mal: o agente incorpora a lei na máxima de sua vontade, mas o que é idealmente um móbil irresistível é subjetivamente mais fraco do que as inclinações, no momento em que deve seguir a máxima:

Eu incorporo o bem (a lei) na máxima do meu arbítrio (*Willkur*), mas esse bem, que é objetiva ou idealmente um móbil irresistível (*in thesis*) é subjetivamente (*in hypothesi*) o mais fraco (em comparação com a inclinação) quando a máxima deve ser seguida (Rel, AA 6: 30).

Na fraqueza, as inclinações ainda que não incorporadas como motivo, foram mais fortes no momento de realização da ação, do que a máxima moral adotada racionalmente. A incorporação da inclinação na máxima do arbítrio não ocorre na fraqueza, mas no terceiro momento do mal, qual seja, a perversidade ou malignidade. Como indica Kant, no terceiro grau do mal as inclinações são incorporadas na máxima, e o mal consiste “na propensão do arbítrio a máximas que subordinam os móveis da lei moral a outros (não morais)” (Rel, AA 6: 31). A malignidade consiste numa inversão: os móveis do autointeresse teriam prioridade em relação aos móveis morais para a adoção de máximas.

Na fraqueza, inclinações podem dificultar e até mesmo impedir a execução de máximas morais; contudo, elas não são más em si, pois não representam nenhuma perversão da razão. Os afetos, tais como a raiva, apresentam-se, na maioria das vezes, como uma força contrária à realização da lei moral. Se um agente pode não seguir a lei moral, mesmo que assim tenha decidido, temos aí apenas fraqueza; contudo, a fraqueza não é o grande inimigo da moralidade, pois aí não há incorporação da inclinação. Tal situação é significativamente diferente da situação na qual um agente toma a inclinação na sua máxima, como na paixão do ódio ou na vingança.

Na malignidade, na qual encontramos o verdadeiro mal, inclinações são tomadas nas máximas. As paixões parecem ser a causa da perversidade ou malignidade, enquanto os afetos seriam responsáveis pela mera fraqueza. Para Kant, tanto os afetos quanto as paixões são prejudiciais à execução das ações morais e ambos são constitutivos do

mal; entretanto, os afetos são responsáveis pelo primeiro momento do mal, a fraqueza, enquanto as paixões são a causa da malignidade. Se os afetos podem levar à não execução das ações morais, isso se dá pela fraqueza. A lei moral, nesse caso, é tomada como motivo e há uma decisão pela realização da ação moral porém, tomado por uma forte emoção, ainda que passageira, o agente falha em executar a ação pretendida. As paixões são mais perniciosas, pois elas são tomadas na máxima do agente que decide agir contrariamente à lei moral. Por isso, ela é expressa, metaforicamente, não apenas como uma doença da mente, mas como um câncer da razão. Ela é uma decisão contrária à lei moral, o mal propriamente dito e não se deixa arrefecer com o ânimo. O mal baseado na decisão de uma vontade livre é o que vemos no terceiro grau da propensão ao mal:

a malignidade (*vitiositas, pravitas*) ou, se se preferir, o estado de corrupção (*corruptio*) do coração humano, é a inclinação do arbítrio para máximas que subordinam o móbil da lei moral à outro, não morais. Pode-se igualmente chamar-se perversidade (*perversitas*) do coração humano, porque inverte a ordem moral a respeito dos móveis do livre-arbítrio". (Rel, AA 6: 31).

A malignidade consiste numa inversão: os móveis do amor de si, ou do egoísmo, são colocados acima dos móveis morais. Se mentirmos para nos livrar de apuros, por exemplo, estamos colocando os nossos interesses egoístas à frente dos móveis morais, enquanto fundamento de determinação da máxima.

A perversidade consiste numa inversão, ela não é causada pela natureza, mas tampouco poderia ser a expressão de uma razão que deseje o mal por si mesmo:

Para fornecer um fundamento do mal moral no homem, a sensibilidade contém demasiado pouco; efetivamente, faz do homem, enquanto remove os motivos que podem proceder da liberdade, um ser simplesmente animal; em contrapartida, porém, uma razão que liberta da lei moral, uma razão de certo modo maligna (uma vontade absolutamente má), contém demasiado, porque assim a oposição à própria lei se elevaria a móbil (já que sem qualquer motivo impulsor se não pode

determinar o arbítrio) e, por isso se faria do sujeito um ser diabólico. (Rel, AA 6: 36).

A nossa propensão ao mal, portanto, se situa entre uma sensibilidade animal e uma razão que desejasse o mal pelo mal. A primeira seria apenas parte da natureza, não podendo servir-lhe de fundamento. Se dissermos que homem é mau por natureza, isso se referiria a instintos e não poderia ser considerado verdadeiramente mal. Por outro lado, Kant não admite uma vontade diabólica, que colocasse a oposição à moralidade como fundamento mesmo de sua máxima.

Deve-se distinguir aqui o conceito de mal radical do que Kant chama de vontade diabólica. O mal é radical, pois deve-se buscar sua origem no próprio arbítrio humano, estando como que enraizado na própria vontade livre e consistindo num fundamento subjetivo de afastamento das máximas em relação à moralidade. Esse mal pode coexistir como uma boa vontade. A vontade diabólica, ao contrário, tem como móbil o mal enquanto mal.

## **A impotência da virtude**

O mal reside nas paixões e na propensão em formar máximas baseadas em móbeis contrários a lei moral. Para vencer esta batalha contra o mal propriamente dito, a virtude enquanto força individual não é suficiente. Se os seres humanos buscarem as causas ou circunstâncias que os levam a princípios contrários à moral, eles verão que estes não estão ligados à sua natureza bruta, aos seus afetos, mas à escolha de princípios baseados no que Kant denominava de amor-de-si, ou seu interesse próprio. Além disso, há uma dimensão social do mal que provém da corrupção da vontade que ocorre quando os homens se encontram entre si. Se alguém se considera pobre, ele só o faz

na medida em que se preocupa que outros seres considerá-lo pobre e irão desprezá-lo por isso. Inveja, ambição, cobiça e as inclinações malignas associadas com essas assaltam a natureza humana, que por si é

moderada, logo que se encontre no meio dos homens. Nem sequer é necessário pressupor que eles estejam mergulhados no mal; é suficiente que eles estejam lá, que eles o rodeiem, que eles irão mutualmente corromper suas disposições morais e tornarão um ao outro mau (Rel, AA 6: 94).

Aqui Kant parece atribuir à associação de homens a origem do mal, ao afirmar que as paixões tomam de assalto a natureza humana, originariamente moderada, tão logo eles se encontrem com outros seres humanos. Apenas a associação dos seres humanos pode produzir o puro mal. Na *Religião*, Kant defende que a única forma de superar o mal seria construir uma sociedade que possa se contrapor às paixões, regida por um princípio de virtude. Esta sociedade não é uma sociedade civil jurídica, mas uma comunidade ética, que se oponha a um estado de natureza ético.

O estado civil ético, afirma Kant, se diferencia de um estado civil político ou de uma comunidade política:

Numa comunidade política já existente, todos os cidadãos políticos como tais se encontram, no entanto, no estado de natureza ético e estão autorizados a nele permanecer; com efeito, seria uma contradição (*in adjecto*) que a comunidade política tivesse de forçar seus cidadãos a entrar numa comunidade ética, pois esta última já no seu conceito traz consigo a liberdade quanto a toda a coação (Rel, AA 6: 96).

Um estado civil jurídico não é suficiente para extinguir o mal enquanto perversidade, ainda que seja uma condição necessária para tal. O remédio republicano para o mal não é suficiente, ainda que possa ser considerado necessário. A extirpação do mal não pode ser feita individualmente, tampouco juridicamente. Além do Estado de direito, seria necessária a consciência da comunidade, enquanto coletividade, quanto à exigência racional da moralidade e de atos virtuosos.

## **O conceito de mal na contemporaneidade**

O conceito kantiano de mal tem servido a vários comentaristas e filósofos como um instrumento de análise das atrocidades

contemporâneas. Robert Loudon, no capítulo “Evil everywhere” do livro *Kant’s Human Nature*<sup>1</sup>, explica que este recurso se justifica porque Kant foi talvez o primeiro filósofo da tradição a analisar o mal fora de uma perspectiva teleológica, que envolvesse uma teodicéia.

Sharon Anderson-Gold e Pablo Muchnik, por sua vez, reconhecem a importância de Kant como aquele que foi capaz de pensar o mal como ligado à liberdade e não à natureza. Eles chamam a atenção que o mal em Kant se esconde atrás da razão e por isso é mais perigoso. Referindo-se à passagem da *Religião*, na qual Kant afirma que o mal genuíno reside no fato da nossa vontade de não resistir às inclinações quando elas nos convidam à transgressão (Rel, 6: 58n), Sharon Anderson-Gold e Pablo Muchnik afirmam:

visto que este tipo de querer é baseado em máximas, e a formação de máximas sempre acontece sob a coerção do imperativo categórico, o mal se esconde no coração da Razão prática: é o esforço deliberado para subordinar o que devemos fazer em favor do que nos agrada<sup>2</sup>.

Esses autores reconhecem que, devido à excessiva influência da *Fundamentação da Metafísica do Costumes* na literatura secundária de Kant, pouca atenção foi dada à esta visão mais pessimista sobre a inextirpável propensão ao mal na natureza humana, mal este pelo qual somos responsáveis.

Muito se tem objetado à utilização deste conceito para dar conta da experiência do mal na contemporaneidade. Uma das críticas endereçadas a Kant por comentadores, entre eles Richard Bernstein<sup>3</sup>, é sobre a *impotência explanatória* da teoria kantiana sobre o mal: nós não queremos apenas constatar que o mal existe, mas queremos saber a razão deste mal. Loudon defende Kant dessa crítica, afirmando que o filósofo admite que há uma opacidade motivacional e, que não sabemos exatamente porque agimos. Se esta for a pergunta, Kant mesmo

<sup>1</sup> LOUDON, R. *Kant’s human being*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 107-120.

<sup>2</sup> ANDERSON-GOLD, S.; MUCHNIK, P. *Kant’s anatomy of evil*. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 1.

<sup>3</sup> BERNSTEIN, R. *Radical evil: a philosophical interrogation*. Cambridge, MA: Polity, 2002.

não a fornece, nem pensa ser possível oferecer uma resposta<sup>4</sup>. Louden tem razão sobre a humildade kantiana no que toca à explicação última das ações; contudo, pode-se dizer que esta resposta, fiel aos textos kantianos, é decepcionante. Quando somos confrontados com o mal, não queremos apenas admitir que ele é uma consequência de uma inversão entre motivos egoístas e lei moral. Queremos saber porque as pessoas agem assim.

Outra crítica apresentada, entre outros, por Hannah Arendt, Claudia Card e Bernstein, é que há uma certa *impotência causal* do mal baseado no amor de si, se queremos explicar com ele as atrocidades da contemporaneidade. Ele seria por demais superficial e insuficiente para dar conta da magnitude dos fenômenos contemporâneos. Por ser apenas a submissão da lei moral às máximas do amor de si, o mal em Kant seria demasiado fraco, sendo impotente para dar conta das figuras contemporâneas do mal, presente no genocídio, terrorismo e totalitarismo. É conhecido o comentário de Hanna Arendt nas *Origens do totalitarismo*<sup>5</sup>, que crimes terríveis não podem ser explicados por motivos compreensíveis, tais como autointeresse, cobiça, ambição e ressentimento. A explicação kantiana pareceria muito superficial para explicar esses crimes que, ao colocar todos os homens como igualmente supérfluos, parecem derrubar todos os padrões.

Se visitarmos os campos de concentração nazistas, ou outros campos de extermínio genocidas, ou se assistirmos os registros sobre a destruição das torres gêmeas no 11 de setembro, nos parece que apenas colocar o amor de si como nossa máxima não poderia nos levar a tamanhas atrocidades. Claudia Card<sup>6</sup> chama atenção de que há ainda algo de bom no amor de si ou egoísmo, não podendo este ser responsável por essas figuras superlativas do mal.

Louden e Anderson-Gold defendem uma concepção diferente. Segundo ambos, o amor de si não pode ser igualado ao egoísmo, sendo uma noção motivacional bastante ampla. Sharon Anderson, no texto

<sup>4</sup> LOUDEN, R. *Kant's human being*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

<sup>5</sup> ARENDT, H. *The origins of totalitarianism*. San Diego: Harcourt, 1994. p. 459.

<sup>6</sup> CARD, C. *The atrocity paradigm*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 76.



*Kant, radical evil and crimes against humanities*, procura mostrar que, se entendermos o amor de si como um interesse de grupo, podemos dar conta inclusive do genocídio. “Ainda que o mal coletivo definido como tal — afirma Anderson-Gold referindo ao genocídio — tome uma forma jurídica diferente da ação má individual, a noção de mal radical em Kant abrange ambos”<sup>7</sup>. O genocídio realmente pretende destruir a identidade cultural de grupos, portanto, é uma tentativa de negar a humanidade de identidades culturais específicas. A natureza terrível desses crimes levou os comentadores a negar que o mero amor de si, o qual seria tão hedonista e domesticado, pudesse dar origem a crimes tão bárbaros. Pareceria que seria necessário algo inumano para a existência dessas atrocidades. Anderson-Gold objeta a este argumento, lembrando que pessoas comuns são capazes de cometer crimes bárbaros e nos remete ao próprio *Eichmann em Jerusalém* de Hanna Arendt.

O amor de si pode explicar as figuras superlativas do mal, sem referir-se a algo inumano, se considerarmos que o amor de si não tem como único objeto *o eu individual*. Podemos compreender a rivalidade e o medo de que alguém seja superior a si como uma base para os vícios da cultura proliferar. Essa rivalidade não ocorre apenas entre indivíduos, mas igualmente entre grupos sociais, o que daria origem a um mal coletivo, expresso entre outras figuras, no genocídio.

Contudo uma questão permanece: por que as pessoas escolhem o mal? Kant diria que a motivação humana não se resume a causas antecedentes, econômicas ou sociais. Nem ele atribui as atrocidades a uma vontade diabólica, que quer o mal pelo mal. São os seres humanos comuns que às vezes escolhem, individual ou coletivamente, o mal. Não conseguimos explicar essa escolha remetendo-nos a causas outras que não a própria liberdade, e é exatamente aí que reside a radicalidade deste conceito em Kant. Não haveria propriamente impotência explicativa, mas a compreensão de que a liberdade prática é uma capacidade de escolha a qual não pode ser determinada por antecedentes

---

<sup>7</sup> ANDERSON-GOLD, S. “Kant, radical evil and crimes against humanities”. In: ANDERSON-ANDERSON-GOLD, S.; MUCHNIK, P. (Org). *Kant's anatomy of evil*. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 197.

empíricos, tais como problemas econômicos e sociais, nem por antecedentes do sentido interno, tais como afetos e paixões.

Tentar entender a razão pela qual as pessoas escolhem livremente o mal, para além da própria liberdade mesma, seria — tal qual na metáfora de Santo Agostinho — tentar enxergar a escuridão ou ouvir o silêncio.

## Referências

ANDERSON-GOLD, S.; MUCHNIK, P. *Kant's anatomy of evil*. New York: Cambridge University Press, 2010.

ANDERSON-GOLD, S. "Kant, radical evil and crimes against humanities". In: ANDERSON-ANDERSON-GOLD, S.; MUCHNIK, P. (Org). *Kant's anatomy of evil*. New York: Cambridge University Press, 2010.

ARENDT, H. *The origins of totalitarianism*. San Diego: Harcourt, 1994.

BERNSTEIN, R. *Radical evil: a philosophical interrogation*. Cambridge: Polity, 2002.

CARD, C. *The atrocity paradigm*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KANT, I. *Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft*. Kants gesammelte Schriften. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900- .

LOUDEN, R. *Kant's human being*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Recebido: 20/02/2016

Received: 02/20/2016

Aprovado: 16/04/2016

Approved: 04/16/2016